

Inquérito Civil n. **06.2018.00006486-5**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, representado neste ato pelo Promotor de Justiça da Comarca de Meleiro, Cleber Lodetti de Oliveira, e de outro lado André Baesso Savi, já qualificado nos autos em epígrafe, doravante denominado compromissário, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.00006486-5, acompanhado de seu advogado constituído, e:

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal estabelece no artigo 127, caput, que o "Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis";

**CONSIDERANDO** as funções institucionais do Ministério Público: [...] III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos" (art. 129, inciso III, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que a Lei Orgânica Estadual do Ministério Público, disciplinada pela Lei Complementar n. 197/00, estabeleceu em seu artigo 82, *inciso* XII, ser função institucional do Ministério Público a promoção das ações para defesa do meio ambiente, facultando-lhe a instauração de medidas administrativas que se fizerem necessárias, conforme artigo 83, I, da mesma Lei;

**CONSIDERANDO** que os atos ns. 715 e 716/2018/CPJ redistribuem as atribuições entre as Comarcas de Meleiro e Forquilha da seguinte forma: Atuar nas áreas: Criminal; Cível em geral; da Família; da Infância e Juventude; da Moralidade Administrativa; do Meio Ambiente; do Consumidor; da Cidadania e Direitos Fundamentais; da Ordem Tributária; do Controle de Constitucionalidade; dos Registros Públicos; da Fazenda Pública; das Falências; das Sucessões; das Fundações e Terceiro Setor; do Controle Externo da Atividade Policial e da Tutela Difusa da Segurança Pública da Comarca de Meleiro; **e atuar exclusivamente, na Comarca de Forquilha, nas áreas:** Cível em geral; dos Registros Públicos; da Fazenda Pública; das Falências; das Sucessões; da Moralidade Administrativa; do Consumidor; e **do Meio Ambiente**; e, concorrentemente com a Promotoria de Justiça de Forquilha, nas audiências e no atendimento ao público nas respectivas áreas;

**CONSIDERANDO** que "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (Constituição Federal, artigo 225, *caput*);

**CONSIDERANDO** que o § 3º do já mencionado art. 225 da Constituição Federal prevê que "as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados";

**CONSIDERANDO** que se entende por Área de Preservação Permanente – APP a "área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o

solo e assegurar o bem-estar das populações humanas" (art. 3º, inciso II, da Lei 12.651/2012);

**CONSIDERANDO** que se considera Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, "as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular", cujas larguras variam de acordo com a largura do rio (art. 4º, inciso I, da Lei 12.651/2012);

**CONSIDERANDO** que o art. 8º da Lei n. 12.651/2012 prevê que "A intervenção ou a supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente somente ocorrerá nas hipóteses de utilidade, de interesse social ou de baixo impacto ambiental previstas nesta Lei";

**CONSIDERANDO** que a Mata Atlântica foi elevada pelo artigo 225, § 4º, da Constituição Federal, ao *status* de patrimônio nacional, assim como se dispôs que a sua utilização apenas pode ocorrer, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 11.428/2006, que trata da conservação, a proteção, a regeneração e a utilização do bioma Mata Atlântica, determina em seus princípios o dever de manutenção e recuperação dos seus remanescentes;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público, por meio do Ofício n. 212/Setec/2ºPel/3ªCia/1ºBPMA, no qual constava a Notícia de Infração Penal Ambiental n. 02.03.03.118/08-17, Relatório de Fiscalização n. 21320-2017-48504 e Auto de Infração Ambiental n. 43669-A, oriundo do 2º Pelotão da 3ª Companhia do 1º Batalhão de Polícia Militar Ambiental, constatou que foi danificada uma área de 11.385 m² de floresta considerada de preservação permanente (mata nativa e

ciliar), situada à Estrada Geral, bairro São Jorge, próximo à curva do Rio Mãe Luzia, Forquilha/SC, de propriedade do compromissário;

**CONSIDERANDO** que, no mesmo contexto fático, constatou-se a destruição de vegetação secundária, em estágio avançado de regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, em uma área correspondente a 20.975 m<sup>2</sup>, sem autorização do órgão ambiental competente;

Resolvem celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com fulcro no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e art. 97, da Lei Complementar Estadual n. 738/2019, mediante os seguintes termos:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Este termo de ajustamento de conduta tem como **objeto recompor uma área de 32.360 m<sup>2</sup>**, danificada devido à supressão de floresta considerada de Área de Preservação Permanente e destruição de vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, localizada na Estrada Geral, bairro São Jorge, próximo à curva do Rio Mãe Luzia, Forquilha/SC, de propriedade de **ANDRE BAISSO SAVI**, adotando-se as medidas necessárias a fim de atenuar o impacto ambiental causado.

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

2.1) O COMPROMISSÁRIO compromete-se a, no prazo de 90 dias, a partir da assinatura deste Termo, elaborar, por meio de profissional habilitado, acompanhado de ART, Projeto de Recomposição de Vegetação em área de preservação e outros (se não houver necessidade de intervenção no solo) ou Projeto de Recuperação Área Degradada – PRAD (se houver necessidade de intervenção no solo), sujeito à aprovação da Fundação do Meio Ambiente de

Forquilha - FUNDAF, comprovando mediante o enviando de cópia a esta Promotoria de Justiça, devendo conter no mínimo:

2.1.1) a recomposição da área de 11.385 m<sup>2</sup>, inserida em área de preservação permanente, e da respectiva faixa marginal, a partir do leito regular do Rio Mãe Luzia, observando o disposto na Lei n. 12.651/2012;

2.1.2) a reabilitação e recuperação da área danificada correspondente a 20.975 m<sup>2</sup>, pertencente ao Bioma Mata Atlântica, buscando atingir o mais próximo possível de sua condição original e observando as exigências mínimas da Legislação Ambiental;

2.1.3) o isolamento com cerca da área a ser recuperada, impedindo o acesso de animais como o gado bovino, que dificultam o processo de regeneração ambiental;

2.1.4) a identificação e apresentação, por meio de placas, do projeto de recuperação.

2.2) O COMPROMISSÁRIO se compromete a providenciar as devidas alterações no Projeto de Recomposição de Vegetação ou Projeto de Recuperação de Área Degradada caso indeferido pela FUNDAF, sujeitando-o novamente ao órgão estadual ambiental no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da ciência do indeferimento.

2.3) O COMPROMISSÁRIO se compromete a informar a esta Promotoria de Justiça a data do protocolo, do deferimento ou indeferimento do Projeto de Recomposição de Vegetação ou Projeto de Recuperação de Área Degradada, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua avaliação pela FUNDAF;

2.4) O COMPROMISSÁRIO se compromete a executar integralmente o Projeto de Recomposição de Vegetação ou Projeto de Recuperação de Área Degradada, no prazo do cronograma aprovado pela FUNDAF, contado a partir da aprovação pela fundação ambiental;

2.5) O COMPROMISSÁRIO se compromete a apresentar semestralmente relatório técnico de monitoramento ambiental, a fim de demonstrar o progresso da recuperação da área.

Parágrafo único: Os prazos acima estipulados podem ser modificados, a critério do Ministério Público, caso seja necessário para a correta execução do Projeto, desde que o compromissário comprove, por meio de laudo técnico subscrito por profissional habilitado, a extrema necessidade da medida.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

3.1) O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial, no âmbito civil, contra o COMPROMISSÁRIO, relativamente aos fatos em referência, no caso de estrito cumprimento das obrigações assumidas neste termo.

3.2) Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

### **CLÁUSULA QUARTA: DA CLÁUSULA PENAL**

4.1) Para a garantia do cumprimento das obrigações assumidas neste termo de ajustamento de conduta, o COMPROMISSÁRIO fica obrigado ao pagamento de multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com pagamento imediato, em caso de descumprimento das obrigações previstas na cláusula segunda, aliado ao pagamento de multa diária de R\$ 100,00 (cem reais) até a efetiva demonstração de todas as adequações necessárias e listadas neste termo, revertendo tais valores ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados do Estado

de Santa Catarina, CNPJ n. 76.276.849/0001-54, criado pela Lei Estadual n. 15.694/2011.

4.2) Para a execução das referidas multas e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente a certificação do atraso na comprovação do cumprimento das obrigações assumidas neste TAC em procedimento próprio a ser instaurado para a sua fiscalização, ou, ainda, relatório, auto de constatação ou de infração, ou documento equivalente lavrado pelos órgãos ambientais fiscalizadores.

Subcláusula 1. Os valores referidos na presente cláusula serão devidamente atualizados pelo índice oficial da Corregedoria-Geral da Justiça, desde o dia de cada prática até o efetivo desembolso.

Subcláusula 2. O presente Compromisso de Ajustamento de Conduta terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, parágrafo 6º da Lei n. 7.347/85 e 784, inciso IV, do Código de Processo Civil, de modo que, em caso de inexecução das obrigações, o Ministério Público, após vencidos os prazos pactuados, providenciará a imediata execução judicial e protesto do presente título, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil, criminal e por eventuais atos.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1) O COMPROMISSÁRIO fica ciente de que o cumprimento das obrigações constantes do presente termo não o dispensa de satisfazer qualquer outra exigência prevista em lei, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa.

5.2) Por ocasião da celebração deste ajustamento de condutas, o Inquérito Civil n. 06.2018.00006486-5 será arquivado, ficando a parte desde já cientificada, a qual renuncia o prazo para apresentação de razões de recurso.

5.3) Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Forquilha/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

5.4) Assim, justos e acertados, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, firma a parte o presente Termo de Compromisso em 3 (três) vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial.

Meleiro, 15 de maio de 2019.

**Cleber Lodetti de Oliveira**  
**Promotor de Justiça**

**Andre Baesso Savi**  
**Compromissário**

**Robson Tiburcio Minotto**  
**OAB/SC 16.380**